

Linhares Geração S/A

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações dos resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações do fluxos de caixa	11
Notas explicativas sobre às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Diretores da

Linhares Geração S/A

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Linhares Geração S/A (Sociedade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Linhares Geração S/A em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Perda por redução ao valor recuperável (impairment) do ativo imobilizado

Veja a Nota 3.a das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria

Como auditoria endereçou esse assunto

A Sociedade possui registrado no ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2018, R\$ 321.157 mil, referentes aos investimentos sobre o direito de autorização de geração de energia elétrica que compreendem o custo de construção de usina termelétrica. Independentemente de existirem indicadores de redução ao valor recuperável das suas unidades geradoras de caixa ("UGCs"), a Sociedade avalia anualmente o risco de impairment desses ativos, cuja realização está suportada por estimativas de recuperação, comparando o custo do ativo com seu valor recuperável, baseando-se em dados técnicos internos, os quais envolvem julgamento significativo, e que estão suportados por dados extraídos de fontes externas, como a taxa de câmbio, a taxa de inflação e a capacidade instalada por MegaWatts (MW) da usina, a fim de validar a premissa de venda dos ativos em mercado ao término do contrato.

Devido ao grau de subjetividade envolvido nas projeções de recuperabilidade desse ativo, associado às incertezas inerentes ao ambiente regulatório em que a Sociedade opera, e aos impactos que eventuais alterações nas premissas subjacentes teriam nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a obtenção do entendimento sobre a avaliação e o desenho dos controles chave relacionados ao processo de elaboração, revisão e aprovação das premissas base para a elaboração dos estudos técnicos de impairment. Avaliamos o processo de preparação e revisão dos estudos técnicos, elaborados pela Sociedade, baseados na avaliação a valor de mercado do ativo imobilizado, para corroborar as análises de recuperabilidade desse ativo por meio de comparação do custo do ativo imobilizado com o valor recuperável.

Adicionalmente, avaliamos a razoabilidade e consistência da análise utilizada, comparando com os dados obtidos de fontes externas. Avaliamos também a consistência das divulgações efetuadas pela Sociedade e efetuamos análise de sensibilidade que demonstra o impacto sobre o valor recuperável resultante de possíveis mudanças nas premissas-chave usadas pela Sociedade.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados no teste de valor recuperável dos ativos imobilizados preparado pela administração da sociedade, e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, incluindo a análise de sensibilidade, consideramos aceitável o saldo do ativo imobilizado, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e se o conteúdo das demonstrações financeiras inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


José Luiz de Souza Gurgel
Contador CRC RJ- 087339/O-4

Linhares Geração S/A

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2018	31/12/2017	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Circulante				Circulante			
Caixa e Equivalente de caixa	6	33.893	21.132	Fornecedores	13	16.783	23.578
Clientes	7	45.085	56.088	Debêntures	14	31.082	27.042
Tributos a recuperar	8	2.601	426	Tributos a recolher		3.992	3.181
Ativo Diferido	8	442	643	Obrigações setoriais		3.342	4.420
Estoques	9	22.153	24.250	Outros passivos		4.322	5.362
Despesas antecipadas		600	634			<u>59.521</u>	<u>63.583</u>
Serviços em Curso	10	6.454	7.854	Não circulante			
Fornecedor		757	412	Debêntures	14	159.469	183.260
Outros créditos		205	189	Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.b	37.936	32.871
		<u>112.190</u>	<u>111.628</u>	Obrigações Vinculadas à Concessão e Permissão Publica		798	-
						<u>198.203</u>	<u>216.131</u>
Não circulante				Patrimônio líquido	16		
Despesas antecipadas		595	712	Capital social		110.558	110.558
Imobilizado	11	321.158	334.047	Reserva de capital		10.600	10.600
Intangível	12	3.541	3.753	Reserva de lucro		26.388	24.874
		<u>325.294</u>	<u>338.512</u>	Reserva de Incentivos fiscais		32.214	24.394
						<u>179.760</u>	<u>170.426</u>
		<u>437.484</u>	<u>450.140</u>			<u>437.484</u>	<u>450.140</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Linhares Geração S/A

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Operações continuadas			
Receita Líquida	17	340.074	350.025
Custos dos serviços prestados	18	<u>(256.380)</u>	<u>(257.740)</u>
Lucro bruto		83.694	92.285
Despesas gerais e administrativas	19	(6.205)	(5.722)
Outras receitas		<u>75</u>	<u>1181</u>
Resultado operacional		<u>77.564</u>	<u>87.744</u>
Receita Financeira	20	1.900	1.657
Despesa Financeira	20	<u>(22.691)</u>	<u>(22.950)</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		56.773	66.451
Imposto de renda e contribuição social corrente	15.c	(6.674)	(8.302)
Imposto de renda e contribuição social diferido	15.c	<u>(5.265)</u>	<u>(5.107)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>44.834</u></u>	<u><u>53.041</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Linhares Geração S/A

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro Líquido do exercício	44.834	53.041
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>44.834</u></u>	<u><u>53.041</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Linhares Geração S/A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucro					Lucros Acumulados	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucro	Subvenção para Incentivos Fiscais		
Em 31 de dezembro de 2016	<u>110.558</u>	<u>10.600</u>	<u>5.087</u>	<u>7.673</u>	<u>15.067</u>	-	<u>148.985</u>
Pagamento de Retenção de lucros, conf RCA	-	-	-	(7.673)	-	-	(7.673)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	53.041	53.041
Constituição de reservas	-	-	2.652	17.135	9.327	(29.114)	-
Dividendos intercalares	-	-	-	-	-	(23.927)	(23.927)
Em 31 de dezembro de 2017	<u>110.558</u>	<u>10.600</u>	<u>7.739</u>	<u>17.135</u>	<u>24.394</u>	-	<u>170.426</u>
Pagamento de Retenção de lucros, conf RCA	-	-	-	-17.135	-	-	(17.135)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	44.834	44.834
Constituição de reservas	-	-	2.242	16.407	7.820	(26.469)	-
Dividendos intercalares	-	-	-	-	-	(18.365)	(18.365)
Em 31 de dezembro de 2018	<u>110.558</u>	<u>10.600</u>	<u>9.981</u>	<u>16.407</u>	<u>32.214</u>	-	<u>179.760</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Linhares Geração S/A

Demonstrações do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	44.834	53.041
(+) Ajustes		
Depreciação e amortização	14.180	14.236
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.265	5.107
Despesas de Juros de debêntures	14.026	15.242
Atualização Monetária de debentures	7.418	6.357
Baixa de bens do ativo imobilizado e do intangível	1.494	19
(+) Variações nos ativos e passivos		
Clientes	11.003	(8.877)
Estoque	2.097	(2.491)
Outros créditos	(785)	4.440
Fornecedores	(6.794)	(4.053)
Tributos e contribuições sociais a recolher	7.385	6.540
Outros passivos	(1.322)	(427)
IRPJ e CSLL pagos	(6.774)	(7.411)
Juros pagos das debêntures	(14.017)	(15.411)
Caixa líquido proveniente (utilizado) nas atividades operacionais	<u>78.010</u>	<u>66.314</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(2.564)	(3.936)
Aquisições de bens do ativo intangível	(7)	(95)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	<u>(2.571)</u>	<u>(4.031)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos Pagos	(35.500)	(31.600)
Amortização de dívidas	(27.178)	(24.411)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	<u>(62.678)</u>	<u>(56.011)</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	12.761	6.272
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>21.132</u>	<u>14.860</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>33.893</u>	<u>21.132</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas sobre às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais

A Linhares Geração S.A. ("Sociedade") é uma Sociedade anônima de capital fechado com sede em Linhares, no estado do Espírito Santo. Seu controlador integral é a Linhares Brasil Energia Participações S.A., que por sua vez tem como controlador o Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia (FIP).

A Sociedade foi constituída em 24 de outubro de 2008, com o propósito de implantar a Unidade Termelétrica (UTE) no município de Linhares. O projeto compreende a implantação e operação de uma usina termelétrica movida a gás natural com capacidade instalada de 204 MW. A Sociedade obteve a licença de operação em 13 de dezembro de 2010, cujo fornecimento de energia elétrica para o Sistema Interligado Nacional (SIN) iniciou em janeiro de 2011.

Em 4 de março de 2009, a Portaria MME nº 103 autorizou a Sociedade a estabelecer-se como produtora independente de energia elétrica.

A Sociedade possui 33 contratos de venda de energia por disponibilidade firmados junto a distribuidoras de energia, que garantem à Sociedade receita anual fixa de, aproximadamente, R\$ 90.768 durante o período de 2018 a 2025. Os bens da Sociedade não serão reversíveis no final do prazo de autorização, que se encerrará em dezembro de 2043.

A Sociedade goza de incentivos fiscais, dentre eles o diferimento do ICMS nas aquisições de máquinas e equipamentos, destinados à integração no ativo imobilizado e para as compras do gás, quando adquiridos internamente no Estado do Espírito Santo, reduzindo a carga tributária efetiva, conforme cláusula 3ª do Termo de Acordo INVEST-ES 152/2009 e o benefício de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis conforme Laudo Constitutivo nº 0067/2011 da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

2 Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") em consonância com a Lei das S.A. e as normas emitidas pela Comissão de Valores Imobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Sociedade em 08 de março de 2019.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

2.1 Base de preparação

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.4 Instrumentos financeiros

2.4.1 Classificação e mensuração

A Sociedade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros é de acordo com o CPC 48 / IFRS9, sendo baseado no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

2.4.2 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

2.4.3 Mensurados ao custo amortizado

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Sociedade compreendem contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

2.4.4 Valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. A Sociedade avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*).

2.5 Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela disponibilidade e comercialização de energia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para perda, se necessária.

2.6 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 13).

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

2.7 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado.

2.8 Imobilizado

Terreno, máquinas e equipamentos, custos financeiros e custos gerais com a construção da planta, compreendem o custo de construção da usina termelétrica.

O imobilizado da usina termelétrica é depreciado considerando a vida útil econômica dos bens limitado ao prazo de autorização de 33 anos, considerando que não haverá reversão dos bens ao final do prazo de autorização para o poder concedente.

2.9 Intangível

Compreendem os gastos incorridos com indenizações pagas pela Sociedade pelo direito de uso de passagem de linha de transmissão (servidões), conforme determina a Resolução ANEEL nº 367 de 2009 e 474 de 2012 e software para os equipamentos de informática cuja amortização é de 20% ao ano.

2.10 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente para qual não identificamos indícios de *impairment*.

2.11 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.12 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.13 Demais ativos e passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após doze meses.

2.14 Debêntures

As debêntures foram reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de captação, que representa seu valor justo no reconhecimento inicial. Em seguida, as debêntures são apresentadas pelo custo amortizado, isto é, acrescidas de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*").

2.15 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.16 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas da Sociedade é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no seu Estatuto Social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

2.17 Principais mudanças nas políticas contábeis

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018.

- **CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros** - estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

A sociedade adota para a gestão dos ativos financeiros o modelo de Valor por Meio Resultado (VJR) pois, o objetivo dos ativos financeiros é somente a preservação da moeda notadamente com o pagamento de principal e juros. A administração fez uma análise de Ratings dos ativos financeiros praticados e concluiu não haver risco na recuperação dos mesmos. Em relação ao contas a receber, considerando a inexistência de histórico de inadimplência e pelas amortizações realizadas em curto prazo, a adoção da provisão para perda não se faz necessário.

Dada a interpretação dos efeitos dos CPC 48/IFRS 9 sobre os registros e controles contábeis, seguindo a definição da nova norma, a administração entende que o praticado pela sociedade, não é base para fins de mensuração ou reconhecimento de impairment.

- **CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes** - introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

A sociedade avaliou sua estrutura de apuração e apresentação de receita e o principal efeito identificado é sobre as penalidades por indisponibilidade (ADOMP) que representam ressarcimento aos clientes, contabilizadas como redutoras da receita de fornecimento de energia e não mais como despesa operacional.

A tabela a seguir resume os impactos da adoção do CPC 47/IFRS 15, demonstradas nas linhas da demonstração de resultado no exercício de 2018. A adequação a nova norma não impactou o balanço patrimonial e a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Em milhares de reais	Nota	Conforme apresentado	Ajuste	Valores sem o efeito do CPC 47/IFRS 15
Disponibilização de energia (Receita fixa)		83.814	-	83.814
Comercialização de energia (Receita variável)		292.751	-	292.751
Outras receitas (a)		2.545	-	2.545
Suprimento de Energia Elétrica		(558)	558	-
Impostos sobre serviços		(35.071)	-	(35.071)
Encargos do consumidor		(3.406)	-	(3.406)
Receita líquida	17	340.074	558	340.632
Pessoal		16.396	-	16.396
Administradores		583	-	583
Material		16.538	-	16.538
Serviços de terceiros		13.732	-	13.732
Taxa de fiscalização		532	-	532
Depreciação		12.451	-	12.451
Aluguéis		80	-	81
Compra de Gás		195.229	(558)	194.671
Impostos		839	-	839
Custo sobre serviços prestados	18	256.380	(558)	255.823

Vale ressaltar que todo o lucro foi distribuído e liquidado, não havendo impacto do Adomp nesta demonstração.

- **CPC 06(R2)/IFRS 16 - Leases (Arrendamentos)** - substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Sociedade não efetuou nenhum estudo para a adequação desta norma as demonstrações financeiras.

A sociedade analisou os efeitos da adoção da nova norma e o impacto do IFRS 16 nos registros, e considerando os contratos e operações realizadas no exercício de 2018, não se espera nenhum impacto significativo sobre os arrendamentos financeiros da Sociedade.

2.18 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor presente na prestação de serviço de disponibilidade e geração de energia e de receita realizada até a data do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

A receita é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos nos contratos CCEAR (Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado).

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

a. Perda (Impairment) estimada de ativos não financeiros

Perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros.

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para um período equivalente à vida útil do ativo em análise e não incluem atividades de reorganização com as quais a Sociedade ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento de receitas e despesas utilizada para fins de extrapolação.

Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade analisou e não identificou nenhum indicativo de “impairment”.

4 Reclassificação dos saldos comparativos

Os valores correspondentes relativos as demonstrações dos fluxos de caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2017 estão sendo reclassificadas, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Erro (IAS 8) e CPC 26(R1) - Apresentação das demonstrações contábeis (IAS 1), em decorrência da reclassificação dos saldos para a adequação do fluxo de caixa ao CPC 03.

A adequação é para demonstrar o devido saldo da caixa e equivalente de caixa no final do exercício de 2017. A composição é de caixa, banco e aplicações financeiras e tem como objetivo de honrar as obrigações em curto prazo.

Em milhares de reais	Demonstrações do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2017		
	Anteriormente apresentado	Ajuste	Reclassificação
Caixa líquido proveniente (utilizado) nas atividades operacionais	65.904	410	66.314
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	5.768	(9.799)	(4.031)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	15.659	(9.387)	6.272
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5473	9.387	14.860

5 Gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

a. Risco de crédito

A Sociedade vendeu no Leilão 2007/2 a totalidade de sua energia, garantida sob o Regime Regulatório, desta forma acreditamos não haver risco no recebimento dos créditos advindo destes contratos.

b. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Sociedade, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Sociedade é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Os vencimentos das debentures, considerando os juros contratuais, estão demonstrados a seguir:

Vencimentos

2019	31.082
2020	32.197
2021	32.197
2022	32.197
2023	32.197
2024	30.681
	<hr/>
	190.551
	<hr/> <hr/>

c. Risco de taxas de juros

A Sociedade não está exposta ao risco que uma variação de taxa de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida está sujeita à variação do IPCA, entretanto as receitas fixas dos contratos de comercialização de energia no ambiente regulatório - CCEAR estão indexados pelo IPCA.

d. Valorização dos instrumentos financeiros

A Sociedade opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a pagar a fornecedores e debêntures.

Os valores registrados no ativo têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a doze meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Sociedade, em 31 de dezembro de 2018 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização e/ou avaliação:

(i) Caixa e equivalentes de caixa, outros ativos e fornecedores

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

(ii) Debêntures

As debêntures foram reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidas dos custos de transação. Em seguida, as debêntures são apresentadas pelo custo amortizado, isto é, acrescidas de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*").

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Sociedade não possui instrumentos financeiros derivativos.

5.2 Gestão de capital

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Sociedade monitora o capital com base no nível de endividamento, bem como nos compromissos previstos nos contratos de financiamentos assinados. O nível de endividamento da Sociedade é medido pelo montante total de dívida de qualquer natureza, isto é, seu passivo circulante, acrescido do passivo não circulante e dividido por seu patrimônio líquido.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2018 e 2017 podem ser assim sumarizados:

	31/12/2018	31/12/2017
Montante total de dívida (passivo circulante acrescido de passivo não circulante)	<u>257.724</u>	<u>279.714</u>
Total do patrimônio líquido	<u>179.760</u>	<u>170.426</u>
Índice de alavancagem financeira	1,43	1,64

5.3 Instrumentos financeiros por categoria

31/12/2018			
	Recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalente de caixa	33.893		33.893
Clientes	<u>45.085</u>		<u>45.085</u>
	<u>78.978</u>		<u>78.978</u>
Passivos, conforme balanço patrimonial			
		Passivo Financeiro	Total
Fornecedores		16.783	16.783
Debentures		<u>190.551</u>	<u>190.551</u>
		<u>207.334</u>	<u>207.334</u>
31/12/2017			
	Recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalente de caixa	233		233
Títulos e valores mobiliários		20.899	20.899
Clientes	<u>56.088</u>		<u>56.088</u>
	<u>56.321</u>	<u>20.899</u>	<u>77.220</u>
Passivos, conforme balanço patrimonial			
		Passivo Financeiro	Total
Fornecedores		23.578	23.578
Debentures		<u>210.302</u>	<u>210.302</u>
		<u>233.880</u>	<u>233.880</u>

5.4 Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes, títulos e valores mobiliários são classificados como nível 1. Para determinação do valor de mercado, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

5.5 Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).
 Não houve instrumentos financeiros alocados ao Nível 3, nem ocorreram transferências de níveis no período observado.

5.6 Análise de sensibilidade

O quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, apresenta os riscos que podem gerar efeitos no resultado da Cia, com cenário mais provável (cenário Atual) segundo avaliação efetuada pela administração.

São demonstrados dois outros cenários, a fim de apresentar 25% (para mais ou para menos) de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II).

A análise de sensibilidade apresentada considerada mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de dezembro de 2018.

Premissas	Efeitos das contas sobre o resultado	Saldo	Cenário I	Cenário Atual	Cenário II
CDI	Aplicações financeiras	33.866	4,42% 1.497	6,42% 2.174	8,42% 2.852
IPCA	Debêntures	190.551	1,75% 3.335	3,75% 7.146	5,75% 10.957

6 Caixa e Equivalente de Caixa

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	1	2
Banco	25	231
Aplicação Financeira - Corp Plu DI	27.831	20.899
Aplicação Financeira - BTG Pactual	6.036	-
	<u>33.893</u>	<u>21.132</u>

(*) As aplicações financeiras possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2018 possuem liquidez imediata, não possuem vencimentos e não possuem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

7 Clientes

Engloba a receita de disponibilidade e geração de energia até 31 de dezembro de 2017 e de 2018, contabilizada com base no regime de competência.

	31/12/2018	31/12/2017
Fornecimento de Energia Gerada	34.985	44.369
Disponibilidade	10.100	11.553
Receita de Venda no Mercado de Curto Prazo	-	166
	<u>45.085</u>	<u>56.088</u>

8 Tributos a recuperar

	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras	27	3
Crédito de PIS e COFINS sobre imobilizado (a)	39	299
Crédito de PIS e COFINS sobre compra de matéria-prima (b)	2.198	-
Outros	779	767
	<u>3.043</u>	<u>1.069</u>

a. Crédito de PIS e COFINS sobre ativo imobilizado

A Sociedade manteve o controle dos créditos a recuperar de PIS e COFINS sobre bens adquiridos e serviços tomados no decorrer dos anos. A compensação dos créditos de PIS e COFINS sobre compra de ativo imobilizado tem o prazo de 24 meses, conforme determina a IN 10.633 de 12/2003.

b. Crédito de PIS e COFINS sobre matéria-prima.

A Sociedade controla os créditos a recuperar de PIS e COFINS que foram calculados sobre os custos utilizados diretamente na operação e manutenção da usina termelétrica, conforme determina a IN 10.633 de 12/2003.

9 Estoques

Corresponde a itens para a manutenção e conservação das máquinas e equipamentos da Sociedade no valor de R\$ 22.153 (R\$ 24.250 em 31 de Dezembro de 2017).

10 Serviços em curso

Nos termos da Lei 9.991/2000, a LGSA está obrigada a investir 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento (“P&D”) do setor elétrico, dos quais 40% devem ser direcionados a projetos de P&D segundo os regulamentos da ANEEL.

	31/12/2018	31/12/2017
Projeto Dispersão atmosférica de Poluentes	-	1.722
Projeto Eficiência de Combustão em Motores - Geco	6.430	6.119
Projeto de Gestão 2017	13	13
Projeto de Gestão 2018	11	-
	<u>6.454</u>	<u>7.854</u>

11 Imobilizado

O imobilizado de máquinas e equipamentos e edificações são depreciado considerando a vida-útil econômica dos bens limitado ao prazo de autorização de 33 anos, considerando que não haverá reversão dos bens ao final do prazo de autorização para o poder concedente. Os móveis e utensílios e veículos são depreciados a 10% e 20%, respectivamente.

<i>Em milhares de Reais</i>	Nota	Terrenos	Edificações	Maquinas e equipamentos	Moveis e utensílios	Veículos	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017		400	83.996	314.472	749	1.292	13.121	414.031
Adições	-	-	-	1.844	14	-	2.080	3.936
Alienações	-	-	-	-	(69)	-	-	(69)
Saldo em 31 de dezembro 2017	-	400	83.996	316.316	694	1.292	15.201	417.899
Saldo em 1º de janeiro de 2018	-	400	83.996	316.316	694	1.292	15.201	417.899
Adições	-	-	-	1.005	168	117	1.273	2.563
Transferências	-	-	677	14.317	44	-	(15.038)	-
Alienações	-	-	-	(1.387)	-	-	(59)	(1.447)
Saldo em 31 de Dezembro 2018	-	400	84.673	330.251	906	1.409	1.377	419.016

Depreciação acumulada								
<i>Em milhares de Reais</i>	Nota	Terrenos	Edificações	Maquinas e equipamentos	Moveis e utensílios	Veículos	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	-	-	14.721	54.063	468	620	-	69.872
Depreciação	-	-	2.545	11.151	76	258	-	14.029
Alienações	-	-	-	-	(50)	-	-	(50)
Saldo em 31 de dezembro 2017	-	-	17.266	65.214	494	878	-	83.851
Saldo em 1º de janeiro de 2017	-	-	17.266	65.214	494	878	-	83.851
Depreciação	-	-	2.755	11.009	77	252	-	14.093
Alienações	-	-	-	(85)	-	-	-	(85)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	20.021	76.138	571	1.130	-	97.859
Em 31 de dezembro de 2017	-	400	66.730	251.102	200	414	15.201	334.048
Saldo em 31 de Dezembro 2018	-	400	64.652	254.113	335	278	1.377	321.158

12 Intangível

Refere-se a servidões negociadas para instalação da UTE Linhares cuja amortização é limitada ao prazo de concessão e refere-se também a softwares que são depreciados a 20%.

Em milhares de Reais	Servidão	Software	Total
Saldo em 31 de dezembro 2016	3.265	965	4.230
Saldo em 1º de janeiro de 2017	3.265	965	4.230
Adições	-	95	95
Saldo em 31 de dezembro 2017	3.265	1.060	4.325
Saldo em 1º de janeiro de 2017	3.265	1.060	4.325
Adições	-	7	7
Alienações	-	(46)	(46)
Saldo em 31 de dezembro 2018	3.265	1.020	4.285

Depreciação acumulada

Em milhares de Reais	Servidão	Software	Total
Saldo em 31 de dezembro 2016	-	365	365
Saldo em 1º de janeiro de 2017	-	365	365
Depreciação	-	207	207
Saldo em 31 de dezembro 2017	-	572	572
Saldo em 1º de janeiro de 2018	-	572	572
Depreciação	-	172	172
Saldo em 31 de dezembro 2018	-	744	744

13 Fornecedores

	31/12/2018	31/12/2017
Energia	261	342
Óleo	12	569
Manutenção	242	1.809
Gas Canalizado	14.774	18.845
Outros	1.494	2.013
	<u>16.783</u>	<u>23.578</u>

14 Debêntures

Em novembro de 2012, a Sociedade fez a emissão de debentures não conversíveis em ações no montante de 220.000, atualizadas pelo IPCA mais remuneração de 7,25% ao ano.

	Vencimento	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor nominal	Saldo atualizado
1ª série	16.02.2024	511	100	51.100	47.168
2ª série	16.05.2024	522	100	52.200	47.599
3ª série	16.08.2024	538	100	53.800	47.893
4ª série	16.11.2024	629	100	62.900	47.891
		2.200		220.000	190.551
		Taxa anual de juros a.a.	Valor original	Juros	Total
Debêntures emitidas		7,25 + IPCA	190.075	476	190.551
Circulante					31.082
Não circulante					159.469

O montante registrado no longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento.

	31/12/2018	31/12/2017
2019	-	30.543
2020	32.197	30.543
2021	32.197	30.543
2022	32.197	30.543
2023	32.197	30.543
2024	30.681	30.545
	159.469	183.260

a. Movimentação das debentures no período

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	210.302	228.522
Adição		
Atualização	7.418	6.357
Juros	14.026	15.243
(-) Dedução		
Amortização do Principal	(27.178)	(24.411)
Juros	(14.017)	(15.409)
	190.551	210.302

b. Garantias

As debêntures possuem as seguintes garantias reais: (a) alienação fiduciária de bens móveis de propriedade da Sociedade por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Móvel em Garantia e Outras avenças a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, (b) alienação fiduciária de bem imóvel de propriedade da Sociedade, por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras avenças a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário e (c) cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, decorrentes da exploração da autorização emitida por intermédio do Ministério de Minas e Energia por meio da Portaria no 13 de 16 de janeiro de 2008, que possam ser objeto de cessão fiduciária em garantia de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, incluindo, sem limitar: (a) todos os direitos creditórios e quaisquer recursos, atuais ou futuros, decorrentes dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR celebrados pela Sociedade e (b) todos os direitos, presentes e futuros, detidos pela Emissora em relação a conta vinculada na qual serão depositados os direitos creditórios acima referidos, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Direitos Emergentes da Autorização em Garantia e Outras Avenças a ser celebrado, entre a Sociedade e o Agente Fiduciário (Pentágono S/A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários).

Cláusulas restritivas as debentures

O índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) de no mínimo 1,2, que fora atendido em 31 de dezembro de 2018.

15 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, da base negativa de contribuição social e as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

a. Composição do imposto de renda e contribuição social passivos diferidos

	31/12/2018	31/12/2017
Depreciação do ativo imobilizado	<u>37.936</u>	<u>32.871</u>

b. Efeitos no resultado

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	56.773	66.451
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição às alíquotas da legislação	19.303	22.593
Bônus e gratificações	288	823
Outros	<u>169</u>	<u>(680)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa	19.759	22.736
Lucro de exploração	<u>(7.820)</u>	<u>(9.326)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>11.939</u>	<u>13.410</u>

16 Patrimônio líquido

O capital social da Sociedade em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é de R\$ 110.558, representada por 11.412.628 ações ordinárias nominativas, integralmente controlada pela Linhares Brasil Energia Participações S/A.

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro Líquido do Exercício	44.834	53.041
Constituição de Reserva Legal (5%)	2.242	2.652
Reservas de Incentivos Fiscais	7.820	9.327
Base de Cálculo dos Dividendos	34.772	41.062
Dividendos Intercalares	18.365	23.927
Saldo a Distribuir	16.407	17.135

a. Destinação do resultado

O resultado do exercício, após os ajustes previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo estabelecido pela legislação societária.
- 25% será distribuído como dividendo obrigatório.
- Após qualquer retenção prevista no orçamento anual, o saldo remanescente terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral.

Conforme definido pela Escritura de Debêntures, qualquer valor distribuído aos acionistas que seja superior aos 25% dos dividendos obrigatórios, deverá ser autorizado pelos detentores das debêntures se a Sociedade esteja inadimplente com suas obrigações pecuniárias descritas na escritura. Os dividendos propostos de 2017 no montante de R\$ 17.135 foram pagos no exercício de 2018.

b. Reserva de capital

A reserva de capital refere-se ao ágio na emissão de 400.000 ações ordinárias no exercício de 2009.

c. Reserva legal e de retenção de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, e distribuído na sua totalidade aos acionistas. A reserva de retenção de lucros foi totalmente utilizada para pagamento de dividendos no montante de R\$ 17.135 em 2018 (R\$ 7.673 em 2017) por meio de aprovação pelo Conselho de Administração conforme definido no estatuto social da Sociedade.

d. Dividendos intercalares:

Os dividendos intercalares pagos no exercício 2018 foram aprovados pelo Conselho de Administração conforme abaixo:

	Descrição	Pagamento	Valor
RCA de 19 de Julho de 2018	Dividendos intercalares	jul/18	3.365
RCA de 04 de Dezembro de 2018	Dividendos intercalares	dez/18	<u>15.000</u>
			<u>18.365</u>

17 Receita líquida

	31/12/2018	31/12/2017
Disponibilização de energia (Receita fixa)	83.814	81.359
Comercialização de energia (Receita variável)	292.751	288.049
Outras receitas (a)	2.545	20.166
Suprimento de Energia Elétrica	<u>(557)</u>	<u>-</u>
	378.551	389.574
Impostos sobre serviços	(35.071)	(36.076)
Encargos do consumidor	<u>(3.406)</u>	<u>(3.473)</u>
	<u>340.074</u>	<u>350.025</u>

- (a) Receitas oriundas de operações no Mercado de Curto Prazo de Energia Elétrica - MCP, originadas pelo saldo positivo do balanço energético da sociedade, contabilizadas e liquidadas pela CCEE - Camara de Comercialização de Energia Elétrica.

18 Custos dos serviços prestados

	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal	16.396	16.547
Administradores	583	561
Material	16.538	10.260
Serviços de terceiros	13.732	11.736
Taxa de fiscalização	532	522
Depreciação	12.451	12.479
Aluguéis	80	73
Compra de Gás	195.229	204.918
Impostos	839	640
Outros	<u>-</u>	<u>4</u>
	<u>256.380</u>	<u>257.740</u>

19 Despesas Gerais e Administrativas

	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal	1.988	1.974
Administradores	466	153
Material	124	111
Serviços de terceiros	1.737	1.545
Aluguéis	161	164
Depreciação	1.729	1.757
Outros	-	18
	6.205	5.722

20 Resultado Financeiro

	31/12/2018	31/12/2017
Despesas financeiras		
Juros de debentures	(14.026)	(15.242)
Atualização Monetária de debentures	(7.418)	(6.357)
Comissão sobre fiança	(119)	(119)
Outras	(1.128)	(1.232)
	(22.691)	(22.950)
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação	1.887	1.585
Outras	13	72
	1.900	1.657
Resultado financeiro líquido	(20.791)	(21.293)

21 Honorários dos administradores

O total pago, no exercício de 2018, referente à remuneração aos diretores e conselheiros da Sociedade foi de R\$ 651. No exercício de 2017 o total foi de R\$ 655.

22 Contingências

A Administração, de acordo com o CPC 25 adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Sociedade em função do risco de perda, baseada na posição de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

I - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco provável	II - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco possível	III - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco remoto
São constituídas provisões.	As informações correspondentes são divulgadas em notas explicativas.	Somente são divulgadas em notas explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações contábeis.

Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade não apresentava causas com previsão de perda provável e por isso nenhuma provisão para contingências foi registrada.

Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade possuía as seguintes causas possíveis:

- a.** Auto de infração da Prefeitura Municipal de Linhares referente a não retenção de ISS sobre os contratos de prestações de serviços, no montante de R\$ 4.227. A Sociedade entende que vem cumprindo com todas as obrigações oriundas de retenção sobre o serviço e apresentou impugnação do respectivo auto de infração, informando as medidas que foram ou vêm sendo tomadas. Portanto em 31 de dezembro de 2018 não foi registrada provisão para contingências decorrente dessa autuação.
- b.** Ação ordinária da Construtora Sucesso S/A nas questões da prestação de serviço para Linhares Geração S/A, está incluída a redução da alíquota do tributo, bônus de desempenho, serviços extras, custas processuais e honorários de sucumbência totalizando R\$ 3.770. A Sociedade entende que as condições estabelecidas do contrato de prestação de serviço foram atendidas. Portanto em 31 de dezembro de 2018 não foi registrada provisão para contingências decorrentes desse processo.
- c.** Ação ordinária, contra parte a Agencial Nacional de Energia Elétrica (Aneel) por contestação ao cálculo do tempo de indisponibilidade da Usina que era calculado com base na média dos valores mensais apurados nos últimos 60 meses e passou a ser feito com base horária. Foi proferida decisão deferindo a liminar pleiteada para que o cálculo da indisponibilidade da Usina seja feito na forma da Resolução ANEEL n° 169/2005, substituída pela Resolução ANEEL n° 614/2014, devendo tal cálculo ser realizado considerando a média dos valores mensais apurados, relativos aos 60 meses imediatamente anteriores. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Sociedade terá que desembolsar aproximadamente R\$ 39.850 referente aos valores calculados até 31 de dezembro de 2018. Portanto em 31 de dezembro de 2018 não foi registrada provisão para contingências decorrentes desse processo.
- d.** Processos de Instituição de Servidão Administrativa onde a Sociedade já depositou em juízo no ingresso da ação os valores de avaliação devidos, com total de R\$ 18. Portanto em 31 de dezembro de 2018 não foi registrada provisão para contingências decorrentes desses processos.

23 Seguros

Em 31 de dezembro de 2018, a cobertura de seguros era composta de :

Risco	Vigência	Importância segurada
Responsabilidade Civil	30/06/2018 a 30/06/2019	23.267
Riscos Ambientais	06/09/2018 a 06/09/2019	64.491
Riscos Operacionais	30/06/2018 a 30/06/2019	768.951

* * *

Marcelo Pedreira de Oliveira
Diretor Presidente

Francisco Vicente Santana Silva Telles
Contador
CRC/RJ 09.850/O-0